

AO JUÍZO DA VARA DE AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO XXXXXXXXXX.

TRAMITAÇÃO PRIORITÁRIA - IDOSO

(INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA)

(Distribuição por dependência aos autos do cumprimento de sentença nº XXXXXXXXXXXX)

Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, proissão, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXX SSP/DF e CPF nº XXXXXXXX, filho de Fulano de tal, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXDF, CEP: XXXXXXXX, telefones: XXXXXXXX, (e-mail: não possui), vem, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, propor o presente **INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA**, nos termos do artigo 133 e seguintes do Código de Processo Civil, em desfavor da sociedade **XXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXX, com endereço na XXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, XXXXXXXX/GO; de seu Diretor Presidente **Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXX SSP/GO, inscrito no CPF sob o nº XXXXX, residente em XXXXXXXX/GO, onde reside na XXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX; e de sua Diretora Vice-Presidente **Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da Cédula de Identidade RG nº XXXXXX SSP/GO, inscrita no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXX, residente em XXXXXXXX/GO, onde reside na XXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXXXXXX, expondo e requerendo a Vossa Excelência o seguinte:

1. Nos autos nº XXXXXXXXXX, cuja cópia integral e digitalizada segue anexa, a sociedade XXXXXXXX foi condenada, dentre outras coisas, a “*pagar ao autor uma pensão mensal correspondente a 0,38 (zero vírgula trinta e oito) salários-mínimos vigentes na data do pagamento, devida desde a data do acidente (21/08/90) e que **perdurará enquanto vivo o autor**, sempre compulsando 13 (treze) meses por ano, para contemplar, em dezembro, o 13º salário*”, mantida, incólume, nesse ponto, nas instâncias superiores (destacou-se).

2. Registre-se que, por vários anos, a sociedade Demandada cumpriu regularmente a obrigação que lhe fora imposta judicialmente.

3. Todavia, a partir de 2015, a sociedade Demandada não fez mais pagamentos, fato que obrigou o Demandante acorrer novamente ao Poder Judiciário, no afã de ver saldado seu crédito, porém, sem êxito.

4. Restou infrutífera a tentativa de penhora on-line, via BACEN-JUD

5. Expedida carta precatória para a intimação da sociedade Demandada, no endereço constante na Junta Comercial, a digna Oficial de Justiça – avaliadora certificou o seguinte:

*“Certifico e dou fé que, em cumprimento ao respeitável mandado de nº 170025010, nesta cidade dirigi-me ao endereço nele mencionado, nesta data às 09:23 hs, **deixei de proceder com a intimação de XXXXX, na pessoa E do representante legal, em razão do mesmo não ter sido encontrado, visto que o imóvel encontra-se fechado, com placa para alugar, conforme informações colhidas nas imediações, a mais ou menos seis meses.** Assim sendo,*

devolvo o mandado para fins de direito” (sem destaque no original”.

6. Todos os cartórios de Registro de Imóveis de XXXX informaram ao Juízo que *“não consta qualquer transcrição ou registro de propriedade imobiliária nesta circunscrição em nome de XXXXX”*.

7. A sociedade Demandada não apresentou à Receita Federal Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica exercícios de 2015 e 2016.

8. Desta forma, em que pese constar na Junta Comercial que sociedade Demandada está ativa, as provas carreadas aos autos apontam para o encerramento irregular das atividades da empresa devedora, que vem frustrando a efetiva satisfação da obrigação que lhe fora imposta neste litígio.

9. Registre-se, por oportuno, que, no último ato, consta o demandado **Fulano de tal** como *“Diretor Presidente”* e a demandada **Fulano de tal** como *“Diretor Vice Presidente – Administrativo-Financeiro”* da sociedade Demandada, com previsão de término de mandato para o dia 30/04/2020.

10. Em síntese, verifica-se que foram inúmeras as tentativas, em vão, de se garantir o cumprimento da obrigação em questão, ficando evidenciado que sociedade Demandada foi utilizada por seus administradores para, com identidade de desígnios, praticarem manobras maliciosas e abusos no uso da personalidade jurídica que culminaram no encerramento irregular das atividades da empresa devedora, frustrando a efetiva e integral satisfação.

11. Sobre a matéria, já se posicionou a jurisprudência pátria na forma seguinte:

*“AGRAVO DE INSTRUMENTO.
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PESSOA*

JURÍDICA. EMPRESA INATIVA. ENCERRAMENTO IRREGULAR. ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO. AUSÊNCIA COMUNICAÇÃO ÓRGÃOS COMPETENTES. AUSÊNCIA DE BENS PENHORÁVEIS. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. POSSIBILIDADE. HONORÁRIOS RECURSAIS. VERBA INDEVIDA.

1. O instituto da desconsideração da personalidade jurídica constitui medida excepcional, cujo deferimento só encontra justificativa quando a pessoa jurídica for obstáculo ao recebimento de determinado crédito, não existindo patrimônio em nome do devedor, e quando houver prova de fraude ou de prática de atos manifestamente ilícitos em detrimento de terceiros de boa-fé, situação que autoriza recaia a penhora sobre os bens dos sócios.

2. Restando incontroverso que a empresa encontra-se inativa, mas sem a devida baixa perante à Junta Comercial, fica caracterizada sua dissolução irregular.

3. Quando a empresa executada altera o seu endereço físico sem atualizar a sua inscrição de situação cadastral junto à Receita Federal ou informar nos autos do processo, mostra-se impossível a localização de bens da executada aptos à penhora, considerando que, fisicamente, ela não existe.

4. A inexistência de bens penhoráveis da pessoa jurídica após esgotados os meios aptos a encontrá-los, juntamente com a dissolução irregular, caracteriza o abuso de personalidade, bem como a fraude, ambos autorizadores da desconsideração da personalidade jurídica.

5. Não havendo condenação em honorários sucumbenciais na decisão interlocutória agravada, indevidos são os honorários recursais pleiteados em sede de agravo de instrumento, haja vista a ausência de sucumbência da parte vencida na instância a quo.

6. Recurso conhecido e não provido.” (8ª Turma Cível do TJDF; Agravo de Instrumento nº 0711424-36.2017.8.07.0000; Rel.: Desembargadora ANA CANTARINO, Acórdão nº 1055339, j. 19/10/2017)

(...)

“TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA - MANOBRA MALICIOSA DOS SÓCIOS - Admite-se a desconsideração da personalidade jurídica quando os sócios tenham se valido da sociedade para se isentarem da responsabilidade pelo pagamento das obrigações, decorrentes dos negócios, que os beneficiaram direta e pessoalmente.” (2º TACIVIL - 2ª T.; Ap.c/Rev. nº 436.097-/00-São Paulo; Rel.Juiz Laerte Sampaio; j. 27.06.95) AASP, Ementário, 2031/83-e)

12. Com efeito, dispõe o artigo 50 do Código Civil que “*Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica*”.

13. Desta forma, denota-se que somente com o acolhimento da presente desconsideração da personalidade jurídica haverá possibilidade de quitação do crédito do Demandante, cujo processo está em trâmite desde o dia **XX de XXX de XXXX**, ou seja, **há mais de XX anos**.

14. Num giro, em que pese a existência de termo final da obrigação (enquanto vivo o autor), constante da sentença de fls. 112/129, o Demandante manifesta, nesta oportunidade, sua **intenção em transacionar com os Demandados**, no sentido de se fixar determinado valor para a quitação antecipada e integral da obrigação em questão.

15. Assim sendo, levando-se consideração as peculiaridades do presente caso, o Demandante demonstra interesse na realização audiência para tentativa de autocomposição das partes, nos termos do inciso V do artigo 139 do Código de Processo Civil.

16. Por todo o acima exposto, com espeque no artigo 50 do Código Civil e no artigo 133 e seguintes do Código de Processo Civil, requer-se a Vossa Excelência o seguinte:

- a) a concessão dos benefícios da gratuidade de justiça, nos termos do artigo 98 do Código de Processo Civil, por ser hipossuficiente (declaração anexa);
- b) determinar a instauração do presente **incidente de desconsideração da personalidade jurídica**, nos termos do artigo 133 e seguinte do Código de Processo Civil;

- c) determinar a citação dos demandados: **XXXXXXXXXXXXX**; **Fulano de tal**; e **Fulano de tal**, para, querendo, manifestar-se e requererem as provas cabíveis, no prazo legal;
- d) determinar a suspensão do trâmite do processo de cumprimento de sentença (autos nº **XXXXXXXXXXXXX**);
- e) designar audiência de tentativa de autocomposição das partes;
- f) acolher o presente pedido para **desconsiderar a personalidade jurídica** da sociedade **XXXXXXXXXXXXX** e alcançar os bens pessoais dos demandados **Fulano de tal** e **Fulano de tal** para garantia do cumprimento integral da obrigação imposta nos autos nº **XXXXXXXXXXXXX**; e
- g) condenar os Demandados no ônus da sucumbência.

17. Protesta provar o alegado por todos os meios em direito admitidos.

Termos em que
espera deferimento.

XXXXXXXX/DF, XX de **XXXXXXXX** de **XXXX**.

FLANO DE TAL

FULANO DE TAL

Defensor Público